

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.717.868 - BA (2018/0002579-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : FAZENDA NACIONAL  
**AGRAVADO** : METALURGICA RONI LTDA - ME  
**ADVOGADO** : CHERUBINO JOSE DE SOUZA E OUTRO(S) - BA0000593  
**AGRAVADO** : AMARILDO PANDOLFI  
**AGRAVADO** : GERALDO AFONSO PANDOLFI  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**EMENTA**

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA 284/STF. INCIDÊNCIA.

1. Os arts. 835, XIII, do CPC/2015; e 11, VIII, da Lei 6.830/80 não contêm comando capaz de sustentar a tese recursal de que não cabe exigir a anuência do credor fiduciário para fins de penhora de direitos do devedor fiduciante, nem de infirmar o juízo formulado pelo acórdão recorrido, de maneira que se impõe ao caso concreto a incidência da Súmula 284/STF.
2. Agravo interno não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Regina Helena Costa (Presidente), Gurgel de Faria, Napoleão Nunes Maia Filho e Benedito Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
Relator